

# Escolas desafiam governo e

Foi a saída encontrada para o início do ano letivo

EDUCAÇÃO

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, sábado, 7 de fevereiro de 1987 17

## elevam mensalidade

de acordo com o calendário do MEC

A decisão da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino de iniciar o ano letivo na época prevista, cobrando valores provisórios de mensalidades — acima do estipulado pelo Governo — deverá ser acatada pelas escolas particulares de Brasília. A previsão foi passada ontem pelo presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Brasília, Aloisio Otávio de Brito. A posição final, entretanto, será tirada em assembleia-geral na manhã de hoje.

Se confirmada a previsão, os brasilienses que têm filhos nesses estabelecimentos terão que se acostumar com a ideia de pagar pelo aumento — o percentual não foi estipulado, vai depender de cada escola — pois apenas no dia 5 de abril a Fenen se reunirá outra vez para tomar um novo posicionamento. Segundo o documento divulgado pela Fenen, caso haja "punição injusta ou ilegal" em qualquer escola, por parte do Governo devido à cobrança de percentual maior que o estipulado, "todas as demais escolas deverão suspender suas atividades".

Aloisio Brito explicou que as escolas não cobrarão o mesmo percentual porque têm realidades e dificuldades diferentes. Ele acredita que o Governo não tomará medidas drásticas ou punitivas em cima dos estabelecimentos de ensino privado. "Em 1º de março será a data-base dos professores. Até lá, só com remuneração de professores as escolas provavelmente terão seus custos elevados para mais de 70 por cento, espero que o bom senso mostre que sempre que o gatilho disparar, as escolas terão que reajustar as mensalidades", comentou.

Já o diretor do Colégio Compacto, Osvaldo Saenger, presente à reunião da Fenen, assegura que os 35 por cento de aumento concedidos pelo Governo servem apenas para repor as perdas das escolas particulares no ano passado. "É o restante

para cobrir as necessidades atuais, com pagamento de pessoal, material?", indagou. Ele compara que, agora, já cobrando o aumento (uma taxa de Cz\$ 700), um dia de atividade escolar custa o equivalente a dois maços de cigarros. Assim, discorda da posição de alguns pais e alunos de que o aumento pleiteado pelas escolas é exagerado.

"Um bom número de escolas só conseguiu pagar seus professores e funcionários, no final do ano passado, através de empréstimos bancários. Os juros já chegam a mais de 20 cento", reclamou, acrescentando que é essencial para os estabelecimentos de ensino valorizar o trabalho dos professores e o aumento é a única forma de mantê-los nas escolas.

### PAIS

Do outro lado da questão lançam as opiniões dos pais dos alunos da rede particular de ensino. Reconhecendo que os professores realmente precisam de um salário melhor, eles calculam as perdas que terão com esse aumento nas mensalidades. Os que já foram pegos pelo gatilho receberam um aumento salarial de cerca de 20 por cento e não vêem como arcar com as despesas escolares que aparecem pela frente. "Acho que a única forma será tirar meus filhos das outras atividades que fazem, como inglês e natação", enfatizou a dona-de-casa Laura Losetti, esposa de um funcionário da Caixa Econômica, na esperança que "o Governo não permita esse aumento".

Já Graça Almeida, mãe de três filhas que fazem o primeiro grau, preocupa-se com a possibilidade de as escolas entrarem em greve, caso haja pressão do Governo. "Pode virar uma confusão e atrapalhar o rendimento das crianças", opinou, reconhecendo, entretanto, que as mensalidades que as escolas querem cobrar são "um absurdo" frente ao aumento salarial dos pais.



JULIO ALCANTARA

